

passaram por três fases distintas: desde o galego-português (língua que predominou dos séculos VIII ao XIII), dissociando-se posteriormente do galego e dando, assim, surgimento ao português arcaico (séculos XIV ao XVI), que, por conseguinte, tornou-se português clássico, perpassando ainda por outros dialetos.



De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/1996,

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática [...]

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. (BRASIL, 1996)

Essa obrigatoriedade do ensino de língua materna nas escolas está presente na própria Constituição Federal (1988):

“Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil [...]

Art. 210. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

A menção ao nível médio de ensino já estava presente em uma carta de Padre Manuel de Nóbrega, de 15 de junho de 1553, quando se refere “a uma aula de Gramática Latina freqüentada somente pelos alunos mais inteligentes da Escola de São Vicente.” (TOBIAS, 1986, p. 47). Assim, no período dos jesuítas, também era obrigatório o ensino da língua materna.

Segundo Bourdieu (1998, p.32):

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas.

E, por fim é importante reafirmar que o idioma é a língua própria de um povo. Está relacionada com a existência do Estado político, sendo utilizada para identificar uma nação em relação às demais. No Brasil, o pacto político está determinado pelo Artigo 13 da Constituição, já citado neste texto.

Assim, o estudo da língua portuguesa, pressupõe o aprendizado da norma culta, conforme acordo ortográfico oficial, que no Brasil foi aprovado pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Na gramática normativa, aquela que é objeto do aprendizado no âmbito escolar, que visa o estudo do idioma as regras mudam a partir de estudos linguísticos, o que envolve também os demais países



que cuidam do mesmo idioma, em acordos ortográficos internacionais.

Destacamos por fim que o tema já vem contemplado na Base Nacional Comum Curricular em outras transversalidades.

Com base na documentação que instrui os autos, no amparo legal já existente em nível federal este Conselho não vê óbice na aprovação de mais uma legislação que venha reforçar o ensino da língua portuguesa, equânime, nas instituições de ensino da educação básica do sistema educativo do Estado de Goiás com especial atenção a criança e/ou adolescente apátridas, migrantes e refugiados: todos aqueles previstos no art. 1º, parágrafo 1º da Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017).

Parte II - art. 1º - item II

Com relação ao artigo 1º - item II que se refere a democratização ao acesso à saúde para crianças e adolescentes brasileiras, descendentes de refugiados, apátridas e migrantes não é competência deste Conselho emitir posicionamento.

Sugerimos que o processo seja encaminhado ao órgão de saúde competente.

É o parecer.

Thaís Falone Bernardes

Conselheira Relatora

Brandina Fátima Mendonça de Castro Andrade

Conselheira Relatora

O conselho Pleno aprovou este parecer **por unanimidade.**



Documento assinado eletronicamente por **BRANDINA FATIMA MENDONCA DE CASTRO ANDRADE, Conselheiro (a)**, em 25/09/2023, às 22:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **THAIS FALONE BERNARDES, Conselheiro (a)**, em 26/09/2023, às 17:37, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO ROBERTO DE CASTRO, Presidente do Conselho**, em 27/09/2023, às 11:34, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Autenticar documento em <https://alego.digital.al.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370084008900840088008A00540052004100. Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil!

Secretaria-Geral
da Governadoria



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO
COORDENAÇÃO DO CONSELHO PLENO

Referência: Processo nº 202300063002150

Interessado(a): CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Assunto: Parecer em resposta ao Ofício n. 127/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação

DESPACHO Nº 10/2023/SGG/COCP - CEE-18461

Encaminho Parecer deste Conselho Estadual de Educação em resposta ao Ofício N° Ofício n. 127/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Assembleia Legislativa de Goiás.

Sem mais, despeço-me.

Atenciosamente,

COORDENAÇÃO DO CONSELHO PLENO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, aos 02 dias do mês de outubro de 2023.

RAQUEL TONI MACHADO DE MENDONCA
Coordenadora



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL TONI MACHADO DE MENDONCA**, Coordenador (a), em 02/10/2023, às 08:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 52306694 e o código CRC EA724238.

COORDENAÇÃO DO CONSELHO PLENO
RUA 23 63, S/C - Bairro SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-120 -
(62)3201-9821

Autenticidade do documento eletrônico: http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 com o identificador 370054008900340083003A05840052001000. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2/2004 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil.



Referência:
Processo nº 202300063002150

